



Seminário:

Reforma Tributária e os Impactos nos Estados e Municípios

Uma realização conjunta do CoreconPR com:

Carta de apresentação

A reforma tributária brasileira tem se constituído em um dos principais temas na pauta de discussões sobre o enfrentamento da crise vivenciada pela economia brasileira. São inúmeras as propostas que fazem parte do intenso debate que se vislumbra no âmbito do Congresso Nacional e do Governo.

O resultado destas discussões deverá estabelecer novas diretrizes para o sistema tributário nacional que se espera contribua decisivamente com a justiça social e a diminuição das desigualdades.

Neste contexto é que este Seminário se insere numa perspectiva de tentar contribuir neste debate, possibilitando vislumbrar o melhor caminho a ser seguido em prol da sociedade brasileira.

Este evento é uma realização conjunta do Conselho Regional de Economia do Paraná (CoreconPR) com o Departamento Acadêmico de Gestão e Economia (DAGEE), o Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública (PGP) e a Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR), com o apoio do Sindicato dos Economistas do Estado do Paraná (SINDECON-PR) e a Federação Nacional dos Economistas (FENECON).



Principais Propostas

Proposta PEC 45/2019

Elaborada pelo economista Bernard Appy e apresentada pelo líder do MDB, deputado Baleia Rossi (SP) à Câmara dos Deputados. Tenta-se criar o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) unificando o ICMS, IPI, ISS e PIS/Cofins. Ele seria instituído e disciplinado por lei complementar da União. Estados e municípios poderiam apenas alterar suas alíquotas, porém com severas restrições. Seria proibida a redução do tributo em função da essencialidade do item ou de políticas de desenvolvimento local. Além disso, o IBS seria regulamentado, arrecadado e fiscalizado por comitê gestor vinculado à União. A PEC 45/2019 também propõe criar um Imposto Seletivo para “desestimular o consumo” de bens e serviços que gerem externalidades negativas. Para mais informações, clique [aqui](#).

Proposta PEC 110/2019

Elaborada pelo ex-Deputado Federal Luís Carlos Hauly e apoiada pelo Senador Davi Alcolumbre, a PEC 110/2019 já está aprovada na Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado Federal. Extingue IPI, IOF, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, Salário-Educação, Cide, ICMS e o ISS. No lugar deles seria criado um imposto sobre o valor agregado de competência estadual, chamado de Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), e um imposto sobre bens e serviços específicos (Imposto Seletivo), de competência federal. Para mais informações, clique [aqui](#).

Proposta do Ministério da Economia

Propõe a substituição de até cinco tributos federais (PIS, Cofins, IPI, uma parte do IOF e talvez a CSLL) por uma única cobrança, o Imposto Único Federal. A proposta também vai acabar com a contribuição ao INSS que as empresas pagam atualmente sobre a folha de pagamentos. Em substituição, duas opções estão à mesa: a criação de um imposto sobre todos os meios de pagamento ou um aumento adicional na alíquota do imposto único. Em outra frente, o governo prepara mudanças no Imposto de Renda de empresas e pessoas físicas. Para mais informações, clique [aqui](#).

Proposta do Instituto Brasil 200

Prevê a criação de um imposto único nos moldes da antiga Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF, substituindo todos os tributos existentes no país, no âmbito federal, estadual e municipal, inclusive IPTU e IPVA. Seria aplicada uma alíquota de 2,5% sobre qualquer movimentação financeira entre contas (tanto no débito quanto no crédito). Iniciando pelos impostos federais, tem como uma das suas justificativas o combate à sonegação fiscal e a simplificação da fiscalização. Poderão ser discutidas demandas setoriais como exportações e Zona Franca de Manaus. Para mais informações, clique [aqui](#).

Proposta dos Estados

Preparada pelo Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz), a proposta retira da União a gestão do tributo único criado com a reforma. Além disso, prevê que, caso o governo consiga emplacar um imposto

unificado apenas federal, os Estados encaminhem uma proposta alternativa ao Legislativo, o IVA (Imposto sobre Valor Agregado) Dual. A proposta prevê mecanismos de compensação de perdas e de redução de desequilíbrios regionais, com a criação de um fundo. Para mais informações, clique [aqui](#).

Proposta de Reforma Tributária do IPEA

Elaborada pelo IPEA, com o apoio dos pesquisadores Melina Rocha Lukic, Alexandre Ywata, Adolfo Sachsida e Carlos Wagner de Albuquerque Oliveira, propõe um Imposto de Valor Agregado (IVA) de alíquota mínima de 8%, podendo ser complementado por um Imposto sobre Vendas (IVV). De competência tanto estadual quanto federal, em um primeiro momento a União substituiria o PIS e o Cofins para a criação da Contribuição Federal sobre o Consumo (CFC). Em seguida, as reformas estaduais e municipais voluntárias unificariam o ICMS e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Por fim, pode existir ainda a instituição de um imposto sobre vendas (IVV), uma vez que o IVA afere apenas o consumo, para garantir a autonomia dos entes federativos. Para mais informações, clique [aqui](#).

Diante da abrangência das principais propostas de reforma tributária, o CoreconPR quer discutir:

- Quais os seus impactos financeiros nos estados e municípios - vantagens e desvantagens?
- Quais os seus impactos sobre o papel do Estado e o pacto federativo?
- Quais os seus impactos sobre o investimento e o gasto público?

Sobre o Evento

Data: 16/09/2019. Horário: 19 horas.

Local: Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR

Avenida Sete de Setembro n° 3165 – Mini auditório - Curitiba – PR.

Para mais informações, acesse:



[/corecon.parana](https://www.facebook.com/corecon.parana)



coreconpr.gov.br

Moderador do Seminário:



Juarez Varallo Pont

Economista, graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1975), especializado em Economia do Trabalho e Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná (2005), mestre e doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2012). Atualmente é pesquisador voluntário da Universidade Federal do Paraná. Foi conselheiro e presidente

do Conselho de Economia do Paraná. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia do Trabalho e Planejamento Econômico.

Palestrantes:



Francisco Assis Inocêncio

Economista graduado pela FAE, pós-graduado em Gestão e Políticas Públicas, em Contabilidade Gerencial e Auditoria. Superintendente Fiscal da Prefeitura Municipal de Curitiba, Auditor Fiscal e Coordenador Econômico e Financeiro da Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná. Coordenador do Conselho Paranaense de Parques Tecnológicos (Cepartec).

Coordenador de curso e professor universitário na área de Gestão Pública. Tem experiência nas áreas de Economia do Setor Público, Finanças Públicas, Planejamento e Gestão Pública orientada para Resultados e Qualidade nos Serviços Públicos, Ecossistemas de Inovação. Autor do Modelo de Regime Fiscal das Microempresas paranaenses voltadas ao Regime Tributário do Simples Nacional e Interlocutor do Governo do Paraná nos Estudos de Gestão Fiscal no Fórum Fiscal dos Estados em Brasília. Membro do Conselho de Segurança da Área Central de Curitiba.



José Moraes Neto

Economista pela UFPR, Mestre em Economia pela PUC-SP; Pesquisador aposentado do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES; Professor Adjunto aposentado do Departamento de Economia da UFPR; exerceu diversas funções no setor público com destaque para: Coordenador de Estudos e Projetos de Secretária de Planejamento do Estado do Paraná; Diretor do Centro Estadual de Estatística do IPARDES; Diretor Geral da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado Paraná; Diretor Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES; Presidente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE; Presidente do Conselho Regional de Economia da 6ª Região – Paraná e Presidente do Conselho Federal de Economia.



Fábio Dória Scatolin

Economista graduado pela Universidade Mackenzie, São Paulo (1977), Especialização em Sviluppo Economico ISVE Itália (1985), Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, IEPE (1989) e Doutor em Economia - University Of London (1994). Professor aposentado da UFPR (Brasil) - Departamento de Economia nas disciplinas de Desenvolvimento Econômico no curso de Ciências Econômicas e da disciplina de Desenvolvimento e Política Pública no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas (nível de mestrado e doutorado). Sua produção científica mais recente tem se concentrado nas áreas de Arranjo Produtivo Local e Interação Universidade Empresa. Foi Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Curitiba.